

Mantega critica ajuste 'à custa do Brasil'

Em reunião do G-20, ministro diz que países ricos não devem fazer ajuste fiscal severo e aumentar as exportações para emergentes

Patrícia Campos Mello
Luciana Xavier
ENVIADAS ESPECIAIS | TORONTO

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que a Europa não pode "fazer ajuste fiscal às custas do Brasil" e de outros países emergentes, reduzindo sua demanda doméstica por causa de aperto fiscal e aumentando as exportações. "É preciso que os emergentes não carreguem nas costas a retomada (global); países avançados exportadores não devem fazer um ajuste severo", disse Mantega em entrevista.

O recado tinha endereço certo: a Alemanha é o maior país exportador da Europa e a chanceler Angela Merkel defende de forma enérgica a adoção de medidas de austeridade em seu país. Mantega disse que, em caso de ajustes severos na Europa, pode haver agravamento de déficit em transações correntes em países emergentes.

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, afirmou que os integrantes do G20 concordaram em reduzir pela metade os déficits fiscais até 2013. Segundo Mantega, esse objetivo não é "factível" para muitos países que têm déficits acima de 10%.

Reduzir pela metade os déficits seria "draconiano e exagerado", disse o ministro. Ele avalia que muitas economias avançadas ainda não estão em condições de retirar todos os estímulos e fazer apertos fiscais fortes, sob o risco de prejudicar o crescimento. "Se exagerar na dose, mata o paciente", comparou.

Na última cúpula de líderes do G20, em Pittsburgh em setembro de 2010, ficou estabelecido um framework para reequilibrar a economia mundial – os países com superávit em conta corrente, principalmente a China, mas também Alemanha e Japão, se comprometem a estimular a demanda interna e não depender tanto de exportações. Já países consumidores como os EUA se comprometem a aumentar a poupança e dividir o déficit em conta-corrente, exportando



Violência. Manifestantes entram em choque com policiais e atearam fogo a uma viatura no centro de Toronto, em protesto contra a globalização

mais e importando menos. Para o Brasil, o aperto fiscal dos europeus vai contra o framework.

"Quero deixar claro que sou favorável a ajustes fiscais. No Brasil, já estamos aumentando o resultado fiscal e retomamos a trajetória de redução da dívida. Mas vejo ansiedade de alguns governos em fazer logo o ajuste fiscal, principalmente nas economias avançadas", afirmou Mantega. "A consolidação da recuperação (mundial) pode ser ameaçada pela pressão na retirada dos estímulos", insistiu.

Reforma financeira. Segundo Mantega, a reforma financeira global também deve ter avanços no comunicado de hoje. O minist

ro disse que a reforma deve estar formatada e aprovada até a próxima reunião do G20, em Seul, Coreia, em novembro. Os países teriam prazo até 2012 para implementar as medidas previstas na reforma, como o aumento de exigência de capital em bancos e políticas de desincentivo ao risco.

Em relação à taxa bancária, ele admitiu que as divergências continuam, "Achamos que os países devem fazer a taxação que acharem necessária; Grã-Bretanha e EUA já fizeram, mas isso não significa que nós tenhamos de fazer", disse Mantega. "Já temos mais impostos e nossos bancos não criaram problemas". Mantega voltou a falar em an

tecipar a reforma das cotas do FMI para novembro, em Seul, em vez do primeiro semestre de 2011. O ministro brasileiro disse ainda que a China "demonstrou boa vontade" ao flexibilizar o yuan. "Precisamos saber em que velocidade vai ocorrer a valorização da moeda chinesa", disse. "É um passo positivo, mas apenas um primeiro passo."

Analistas têm poucas expectativas sobre o comunicado de hoje. "O resultado da cúpula será limitado por causa das grandes divergências entre os Estados, principalmente em relação a coordenação de estímulos, redução de déficit e resolução de desequilíbrios" disse o analista Dan Alamaru, do Eurasia Group.

Protestos violentos marcam reunião no Canadá

Manifestantes em protesto contra a reunião do G-20 abandonaram o tom pacífico ontem, transformando a marcha em evento violento. Os grupos atearam fogo a um carro da polícia no centro da cidade de Toronto. Há notícias de vandalismo. Manifestantes vestidos de preto romperam as janelas de um banco, um café e outros estabelecimentos comerciais.

Segundo um canal de TV local, cerca de 10 mil pessoas participaram da marcha. Desde ontem, a maioria das lojas da cidade está fechada, uma medida preventiva de segurança.

A polícia canadense, com bastões antimotim, evitou o avanço de um grupo de manifestantes que se aproximavam da sede da reunião do G-20. Alguns jogaram garrafas nos policiais. Reuniões anteriores do G-20 também atraíram manifestantes contrários a globalização, mas até o momento a polícia canadense tinha a esperança que a chuva reduziria os protestos.

BARRY EICHENGREEN



A nova estratégia da China: igual à velha?

O anúncio feito pela China, no fim de semana passado, sobre a alteração do seu regime cambial teve como finalidade evitar críticas na reunião do G 20, encerrada na sexta-feira. E neste sentido o seu êxito foi quase completo. Mas o anúncio não conseguiu evitar as críticas do Congresso dos Estados Unidos ou da imprensa, que esperam que a China seja mais consequente em suas promessas. O que se aguardava era uma considerável valorização do yuan em relação ao dólar. Mas quanto?

Talvez os 25%, que, segundo os cálculos do Peterson Institute of International Economics, influente grupo de pesquisadores de Washington, contidos em um recente relatório, correspondem à desvalorização atual da moeda.

Essas estimativas seguramente não se confirmarão. Da última vez que a China permitiu que sua moeda fosse corrigida em relação ao dólar, entre 2005 e 2008, ela nunca subiu mais de 7% ao ano. E agora, dada a preocupação das autoridades chinesas com a delicada situação da Europa, talvez só a metade disso.

Na realidade, os estrategistas chineses têm razão em desapontar esperanças tão exageradas. O problema fundamental da China não é a moeda, mas o consumo. Os gastos com o consumo mal correspondem a um terço da receita nacional, apenas a metade da parcela registrada por

EUA e Brasil. As empresas estatais são extremamente lucrativas e não sofrem grandes pressões para pagar dividendos. O subdesenvolvimento dos mercados financeiros impede que as pessoas tomem dinheiro emprestado para educação e assistência médica, e faz com que as famílias reservem grande parte de sua renda para a poupança. Os baixos salários pagos pelas indústrias limitam o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Na ausência de soluções para esses problemas, os gastos das famílias continuam baixos. As empresas precisam exportar grande parte de sua produção, e a baixa cotação do yuan faz com que isto seja possível.

Se a China valorizasse consideravelmente sua moeda sem solucionar estes outros problemas, a demanda por seus produtos cairia. O país experimentaria um declínio significativo do seu crescimento, ou pior. Atualmente, a China é um dos poucos países que crescem no mundo, e isso afetaria exportadores de commodities como o Brasil. É por isso que uma valorização de 25% não é interessante para ela.

A China precisa agir mais rapidamente e criar condições para incentivar os gastos das famílias. A solução está, em parte, na facilitação dos empréstimos para o financiamento da educação e da assistência médica.

Programas mais generosos para a aposentadoria e o seguro-desemprego podem desencorajar uma poupança excessiva para a velhice e a perda do emprego. Seguindo o exemplo de Shenzhen e Pe-

quim, outras prefeituras poderiam elevar o salário mínimo, hoje espantosamente baixo.

O governo central, por sua vez, pode manter os programas de gastos criados para sustentar a demanda durante a crise financeira. Em consequência do maciço estímulo fiscal lançado em 2009, as contas consolidadas do setor público apresentaram um déficit de 3% do Produto Interno Bruto.

Mas isso ocorreu paralelamente ao aumento da poupança do governo. Os dados sobre o fluxo dos recursos que captam as fontes de receitas extraordinárias, inclusive as provenientes da venda de terra, mostram que as receitas em todos níveis do governo como parcela da renda nacional subiram de 16% para 24%, entre 1994 e 2007, enquanto os gastos não acompanharam o movimento.

As reformas mais importantes serão possíveis graças aos enormes lucros retidos das empresas estatais. Na realidade, as empresas contribuem quase tanto quanto as famílias para a poupança chinesa. As elevadas poupanças das empresas não são apenas uma questão cambial. Além disso, refletem o poder de mercado de um punhado de estatais que dominam setores chave como mineração, refino de petróleo, siderurgia, transportes e comunicações.

Estas empresas não enfrentam fortes concorrentes, internos ou externos, graças, em geral, a medidas que restringem o seu ingresso no país. Elas dominam os mercados internos, auferindo enormes lucros. Ao contrário, em setores como

têxtil, calçados e produtos agrícolas processados em que predominam as empresas privadas, o ingresso é relativamente aberto, e a lucratividade menor.

A eliminação das restrições ao ingresso nos mercados protegidos das estatais contribuiria para solucionar este problema. A dificuldade está no fato de que as estatais têm forte respaldo político, o que lhes permite fazer lobby contra a liberalização. E, na melhor das hipóteses, o ingresso de novos concorrentes levaria tempo.

Por outro lado, as estatais podem transferir uma parcela maior dos seus lucros para o Estado, e o Estado pode repassar estes pagamentos aos consumidores por meio de reduções proporcionais do imposto de renda retido na fonte pago pelos trabalhadores.

O governo central já adotou medidas modestas neste sentido. Mas a dificuldade está no fato de que muitas estatais são controladas pelos governos municipais e provinciais, o que reduz a possibilidade de transferência de novos recursos para o governo central para serem redistribuídos para toda a nação.

Outra opção seria a imposição de controles de preços em setores em que predomina amplamente o poder de mercado das estatais. Isto reduziria a poupança corporativa, desde que os outros elementos permanecessem iguais.

Uma característica que estas medidas têm em comum é o fato de que sua implementação e execução leva muito tempo. O que significa que o crescimento do consumo chinês acelerará apenas gradativamente. Portanto, a moeda chinesa deverá valorizar-se também gradativamente. Valorizar antes para resolver mais tarde estes problemas equivaleria a pôr o carro diante dos bois.

Os estrategistas chineses são inteligentes. Eles têm consciência destas questões. O que sugere que o anúncio relativo à alteração do câmbio tem duas possíveis interpretações.

A primeira interpretação é que os estrategistas chineses sabem que há um espaço de manobra limitado para o ajuste da moeda no curto prazo. Consequentemente, o recente anúncio não passou de uma cortina de fumaça. Sua finalidade foi impedir que os críticos da China

presentes na reunião do G20 em Toronto condenassem suas medidas, nada mais do que isto.

Se for esse o caso, a política chinesa voltará em breve a ser criticada. O Tesouro americano será pressionado a acusar a China de manipular a moeda. O senador Chuck Schumer e outros insistirão em tarifas punitivas. Mas essa medida suscitará o temor de um conflito econômico mais amplo entre os dois países e prejudicará a confiança nos mercados financeiros e no crescimento econômico.

A outra interpretação mais positiva é que o anúncio é um sinal de que as autoridades chinesas pretendem acelerar o estímulo aos gastos com o consumo. Elas querem acelerar a liberalização dos mercados financeiros e o desenvolvimento da rede de segurança social. Pretendem também generalizar o aumento dos salários.

O mais importante é que pretendem intensificar a pressão sobre as estatais para que transfiram os lucros para o governo central, e ainda retirar as barreiras ao ingresso de novos concorrentes.

Como consequência destas medidas, o consumo chinês aumentará mais rapidamente, permitindo que a moeda se valorize mais depressa. E com a redução do superávit da conta corrente da China, a pressão para acusá-la de manipular a moeda e adotar tarifas punitivas se reduzirá.

Se é isso que os estrategistas chineses querem – ou seja, agir rapidamente para estimular os gastos – poderiam ter afirmado isso em lugar de modificar o câmbio. Mas foram as autoridades americanas que entenderam a questão como um problema cambial, tornando difícil adivinhar o que acontecerá daqui em diante.

Seja como for, isso não será ditado pela alteração da taxa de câmbio do yuan em relação ao dólar, mas pelo crescimento do consumo chinês. /

TRADUÇÃO ANNA CAPOVILLA

* BARRY EICHENGREEN É ECONOMISTA DA UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA EM BERKELEY